

Governo e oposição travam a batalha dos aposentados

Andrei Meireles

Com data, local e armas previamente definidas, o Governo e as oposições travam, na próxima quarta-feira, a primeira grande batalha deste ano no Congresso Nacional. As oposições têm apenas um objetivo — aprovar o projeto que anula o decreto precatório. O Governo tem dois: impedir essa anulação e aprovar a criação da Secretaria de Governo da Presidência da República. As oposições contam com uma grande mobilização de aposentados para lotar as galerias e os corredores do Congresso Nacional como principal arma para pressionar inclusive os parlamentares governistas, tida como eficaz especialmente em ano eleitoral. Já o Executivo vai atuar em duas frentes: ostensivamente, apresentará uma proposta intermediária de reajuste dos aposentados (nem os 147% reivindicados e nem os 54,6% concedidos, mas de 79,9%), e nos bastidores vai testar o poder de fogo de arregimentação parlamentar da nova equipe ministerial e sua influência junto aos governadores do PMDB.

Ontem, com quase 400 deputados em Brasília, governistas e oposicionistas, temendo serem derrotados, evitaram um confronto no plenário da Câmara. Pela manhã, os ministros Ricardo Fiúza e Rainhold Stephanes armaram a estratégia de ação com os líderes do Governo, Humberto Souto, e do bloco governista, Luiz Eduardo Magalhães. À tarde, Souto revelou que a proposta de entendimento do Governo é da concessão de um reajuste retroativo a setembro do ano passado aos aposentados de 79,9%. A informação de Souto foi interpretada no Executivo como uma inconfidência precipitada. Luiz Eduardo Magalhães, contrariado, comentou: "Não sei de onde ele tirou esse número e muito menos de como chegou a ele".

Pedido de urgência

Essa proposta governista chegou a ser aposentada às lideranças partidárias durante a convocação extraordinária do Congresso Na-



Ibsen chamou Luís Eduardo e Ponte para tentar evitar o impasse

cional, em janeiro, mas foi descartada após a divulgação do relatório do Tribunal de Contas da União que indicava ter recursos suficientes no caixa da Previdência para o pagamento dos 147% aos aposentados. Sua reedição, agora, tem como objetivo proporcionar uma justificativa aos aliados do Governo para que votem de acordo com a orientação do Planalto. E mais: ela será levada, também, a governadores do PMDB num esforço para convencê-los a orientar suas bancadas a votar com o Governo.

Um dado aumentou a confiança das oposições, mas é desprezado pelo Governo: o pedido de urgência urgentíssima para a proposta que anula o decreto precatório foi subscrito por 352 deputados, 100 a mais do que a maioria absoluta da Câmara. "Isto é uma demonstração da nossa força", avalia o líder do PSDB, deputado José Serra. "Isto não vale nada. Se você sair coletando assinaturas para fechar o Congresso Nacional em poucas horas consegue cerca de 400 subscritores.

Isto não é apoio, é apoioamento. Não tem valor algum", desdenha Luiz Eduardo Magalhães.

Mobilização

A grande arma das oposições, segundo o deputado petista José Genoíno, será a mobilização dos aposentados: "As galerias cheias são a garantia da nossa vitória", prevê. Na quarta-feira, a batalha começará por uma preliminar: o requerimento das oposições de preferência para a votação do projeto que anula o decreto precatório. Ontem, ele chegou a ser encaminhado à Mesa da Câmara, mas, depois, foi retirado porque as lideranças governistas, para evitar o risco de um confronto sem a preparação adequada, desistiram de colocar na pauta da sessão de ontem o pedido de urgência para o projeto que cria a Secretaria de Governo. As oposições, por sua vez, retiraram, também, o requerimento de urgência para a proposta que anula o decreto precatório.

Edson Gês